CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 23, nº. 1-2, p. 007-024, jan./dez., 2007

# A PRODUÇÃO DE BANANA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO: PERSPECTIVAS AGROINDUSTRIAIS

**Luís Henrique Romani de Campos***
**José Maurício Pereira****
**Marcio Miceli Maciel de Sousa*****

## *Introdução*

O passado e o presente ainda se confundem de forma clara e objetiva na Zona da Mata de Pernambuco, dada a permanência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, fruto de uma herança negativa do período colonial, em que o modo de produção estava calcado em um tripé constituído da monocultura canavieira, do trabalho escravo e do latifúndio (SOUSA, 2003).

Passados quinhentos anos, a cana-de-açúcar continua sendo a principal atividade agrícola, apesar da execução de inúmeros programas destinados à diversificação produtiva. Sua produção agroindustrial constitui-se na principal atividade manufatureira da mesorregião, destacando-se, além do açúcar, a fabricação de melaço, álcool anidro e hidratado, e de aguardente.

Segundo os dados do Cadastro do INCRA, existiam 72,8 % de minifúndios em 1992, nesta mesorregião, que ocupavam apenas 6,8 % do total das terras cadastradas. Já as grandes propriedades apresentam 5,1 % do número total de imóveis rurais, representando uma área equivalente a 72,6 % do total cadastrado.

O caráter monocultor da atividade açucareira reduziu substancialmente as relações econômicas entre a cidade e o campo. A comercialização da produção canavieira não é feita nas cidades locais, e sim diretamente nas áreas de domínio das usinas com as

* Doutor em economia pela UFPE, Pesquisador Adjunto da Fundaj e professor da FBV

** Mestre pela UFRPE, professor adjunto da UNICAP.

*** Mestrando em Economia do Trabalho pela UFPB

capitais regionais e, destas com o exterior, não contribuindo para um maior dinamismo dos centros produtores, nem com a expansão do mercado interno.

A Tabela 1 mostra a situação do emprego formal na atividade canavieira da Zona da Mata de Pernambuco em 2005, pela qual o número de empregados com carteira assinada perfaz mais de 58.000.

no tocante à geração de emprego. A importância dessa cultura também pode ser medida por sua extensa área de cultivo, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

No ano de 1985, a área ocupada com a cana-de-açúcar na Mata Pernambucana era de 465.463 hectares. Quando comparado ao primeiro ano apresentado no Gráfico 1, ou seja, o de 1990, percebe-se uma redução

Tabela 1 – Emprego Formal no Setor Sucroalcooleiro na Zona da Mata de Pernambuco - 2005

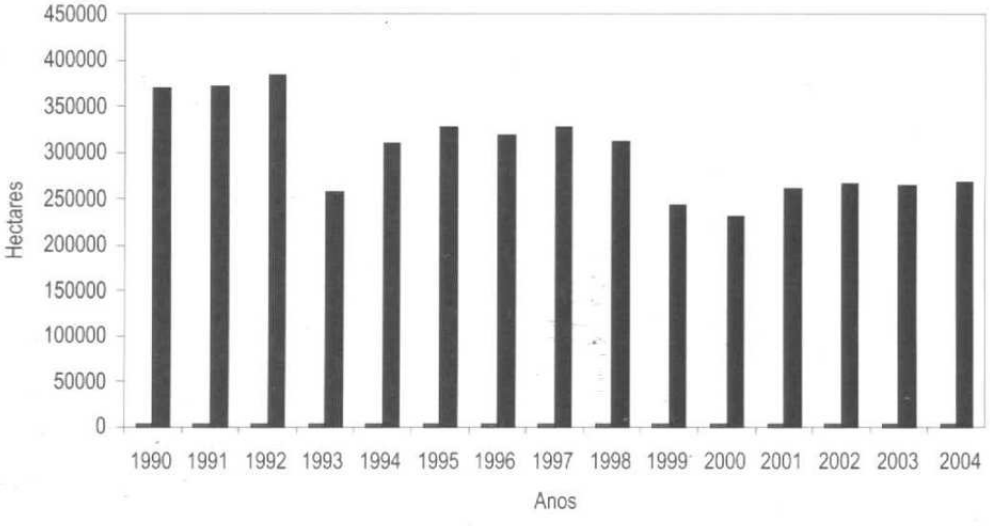
| Zona da Mata | Cultivo da Cana | Usinas de Açúcar | Produção de álcool | Total |
|---|---|---|---|---|
| Mata Setentrional | 11.705 | 12.184 | 12 | 23.901 |
| Vitória de Santo Antão | 190 | 3.243 | 73 | 3.506 |
| Mata Meridional | 8.647 | 21.578 | 529 | 30.754 |
| Total | 20.542 | 37.005 | 614 | 58.161 |

Fonte: RAIS, 2005 (Internet. Acesso em 28/12/2006)

Apesar de a Rais trabalhar somente com dados referentes ao emprego formal e saber-se que o emprego temporário na atividade canavieira, sobretudo no corte da cana, a fase em que mais se emprega mão-de-obra não-formal, requer um contingente de trabalhadores maior que os empregos formais, pode-se afirmar que esta atividade econômica é muito importante para a região

de 20%. No período considerado no estudo, 1990 a 2004, a atividade apresentou uma redução de 35% em sua área plantada. Todavia a atividade canavieira continua sendo hegemônica na mesorregião, constituindo-se na sua principal atividade agrícola, aparecendo em seguida, com papel coadjuvante, a banana e a mandioca, com respectivamente, 15.683 e 6.616 de hectares plantados.

Gráfico 1 – Área Plantada com Cana-de-Açúcar na Mata Pernambucana no Período de 1990-2004




Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.

Dentro de uma concepção racional do desenvolvimento e prática da atividade canavieira, o CONDEPE (1998), através da realização de estudos técnicos, defende que apenas 250 mil hectares na mesorregião apresentam condições satisfatórias para o cultivo da cana-de-açúcar; o que equivale a dizer que, dos 268.466 hectares plantados, em 2004, segundo o IBGE, haveria em torno de 18.466 hectares disponíveis para outras lavouras. Ou, analisando isto sob outro prisma, mesmo com a redução da área observada no período, a área ocupada com o cultivo da cana-de-açúcar permanece maior do que o ideal em termos técnicos, ou seja, é preciso que haja uma diversificação ainda maior da estrutura produtiva da agricultura da Zona da Mata.

Durante o período de 1991 a 2000, foram encerradas as atividades em 14 usinas e destilarias, sendo algumas dessas áreas destinadas pelo setor público para a implantação de projetos de assentamento rural. Em alguns casos, o passivo acumulado das empresas representava um valor bem maior que o seu patrimônio, o que restringiu o quadro anterior de 42 unidades produtivas para 28, sendo 25 usinas e três destilarias autônomas.

A apresentação do Gráfico 1, revela que a área plantada com cana-de-açúcar apresentou pequenas variações nos dois anos seguintes à crise da década de 1990, configurando um cenário onde o encerramento das atividades das empresas menos competitivas não promoveu uma substituição das terras anteriormente ocupadas com a cana em favor da implantação de atividades relacionadas à diversificação produtiva. O que se assistiu neste período pode ser caracterizado como um processo de fusões e aquisições, previsto por Marx (2003), como um movimento natural do capitalismo, denominado de *centralização do capital*, que tem se revelado como uma característica marcante do capitalismo contemporâneo.

Vale salientar que esta *centralização do capital* se manifestou não apenas entre os usineiros, como também entre usineiros e proprietários de engenhos. Nos anos 80, aproximadamente 75% da cana moída eram adquiridos de fornecedores. Nos anos 90, 70% da cana moída eram oriundos das próprias usinas, ficando para os fornecedores apenas 30% da cana ofertada no mercado, o que indicou a ocorrência de um crescimento da concentração fundiária (CONDEPE, 1998).

O fechamento dessas usinas remeteu um contingente de trabalhadores à situação de desemprego, especialmente os que estavam ligados diretamente à produção, ou seja, os trabalhadores permanentes, que tinham no trabalho vinculado ao beneficiamento o principal elemento na composição da sua renda familiar.

As relações de produção vigentes na economia canavieira, todavia nunca foram capazes de promover a distribuição da riqueza. A maioria da população dessa mesorregião, sobretudo a rural, vive numa situação de pobreza e marginalizada do acesso aos serviços sociais e de infra-estrutura econômica. Segundo estimativas da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (2002), 62,8% dos domicílios têm como responsáveis pessoas que não possuem nenhum rendimento ou recebem até um salário mínimo mensal.

O artigo se propõe a ressaltar as oportunidades agroindustriais que se apresentam na Zona da Mata de Pernambuco para a fruticultura, particularmente a banana, como alternativa relevante à geração de emprego e renda. O objetivo do projeto é proporcionar uma real possibilidade de elevação da renda familiar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e atendendo aos aspectos econômicos, sociais e preservação do meio ambiente. O desenvolvimento da atividade pode funcionar como um instrumento de redução da pobreza rural, historicamente presente na mesorregião.

O Estado de Pernambuco encontra-se como o quinto maior produtor de banana no país. Dados recentes indicam a importância da Zona da Mata como grande produtora dessa fruta, como apresentado anteriormente, perfazendo 15.683 hectares plantados (IBGE,

2004), apresentando ainda um efetivo potencial ao aproveitamento agroindustrial, pela situação de oferta maior que a demanda. A literatura destaca entre seus principais produtos beneficiados: sucos, doces, geléias, *chips*, passas, polpas, compotas, vinhos e licores (EMBRAPA, 2003). A bananicultura na Mata pernambucana é praticada na sua maior parte pela agricultura familiar.

O artigo trata inicialmente da crise do Estado, com conseqüente redução dos investimentos na área social, particularmente na assistência técnica destinada à pequena produção do setor primário. A seguir, apresenta a agroindústria como saída para a agricultura familiar. Em sua terceira parte, trata do processo produtivo e comercial da banana e as suas alternativas agroindustriais. Por fim, a conclusão. resumindo os desafios da cultura e as alternativas produtivas, comerciais e agroindustriais.

### *1. As Políticas públicas e suas repercussões*

No começo da década de 1980, um tema era colocado em questão nos debates econômicos pelo mundo. Qual seria o papel do Estado na regulamentação e no funcionamento da economia? Duas correntes do pensamento econômico tinham respostas diferentes para este tipo de questionamento.

A escola keynesiana via no Estado a grande força propulsora do desenvolvimento econômico, por dispor de poder e isenção suficientes para combater as distorções sociais provocadas pelas falhas de mercado. Em contrapartida ao ideal keynesiano, a escola monetarista, cujo grande expoente e difusor fora Milton Friedman, propunha a mínima intervenção do Estado na economia, por acreditar que, ao intervir na economia, alegando combater as distorções geradas pelo mercado, o Estado acabava por provocá-las de forma ainda mais intensa.

Ao lado dessas discussões, o elevado endividamento dos países subdesenvolvidos na década de 1980 promoveu uma crise sem precedentes nas economias periféricas, funcionando como pano de fundo para a implementação de uma reforma macroeconômica seguindo a cartilha de estabilização e ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo Banco Mundial, ocasionando um desmantelamento das instituições do Estado e promovendo uma redução bastante significativa nos gastos públicos destinados as áreas sociais (CHOSSUDOVSKY, 1999).

O fraco desempenho da economia brasileira nos três primeiros anos da década de 1980 projetou para o país um agravamento das suas condições macroeconômicas. A elevação da dívida externa a patamares jamais vistos demandou do Estado uma redução nos gastos públicos, como forma de honrar seus compromissos com os credores internacionais. Os recursos destinados aos programas sociais, como a extensão rural, passam a ser ofertados em menor proporção quando comparados à década de 1970, promovendo uma menor intervenção da esfera pública no setor primário. Na verdade, a modernização da agricultura brasileira não foi capaz de transformar, como um todo, as relações de produção existentes no campo, abrindo espaço para a adequação do meio rural brasileiro, ao que o sociólogo francês Michel Maffesoli (2002, p.20) chama de pós-modernidade, expressa na convivência entre arcaísmo e tecnologia.

A economia nordestina também apresentou dualismo tecnológico no campo, beneficiando pólos de desenvolvimento regional, como a região do São Francisco, inserida na caatinga, pelas vantagens comparativas de alguns produtos e sua procura no mercado internacional, como a uva e a manga cultivadas em regime de irrigação (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, 2004), em contraste com o que foi proporcionado como oportunidade às atividades tradicionais praticadas por pequenos produtores.

Neste contexto, as perspectivas de surgimento de janelas de inclusão capazes de trazer benefícios às classes mais alijadas do Nordeste brasileiro não se concretizaram de forma expressiva, tornando-se incapaz de modificar cenários onde a exclusão social

permanece em evidência. Percebe-se na mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco a preservação nas relações de produção de décadas passadas. A redução no número e na qualidade das políticas públicas diminui as chances de ascensão social e econômica dos pequenos agricultores. Repete-se, com intensidade, o processo histórico de alijamento sofrido pelo pequeno produtor, com repercussões negativas no seu acesso a novas tecnologias e a condições de competir no mercado de insumos e produtos.

De um modo geral a assistência técnica em Pernambuco e no Nordeste encontra-se fragilizada, sem recursos e sem condições materiais para realizar o papel que desempenhava até os anos 1970, quando foram criadas a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e suas afiliadas estaduais, as EMATERs. Foi a época do processo de modernização da agricultura, e a missão da assistência técnica era promover a transferência dos pacotes tecnológicos em articulação com a pesquisa agropecuária.

A partir da primeira metade dos anos 1980, com o agravamento do endividamento do Estado e elevação da dívida externa do país, assiste-se a uma profunda recessão e o enfraquecimento da atuação das políticas públicas na agropecuária. A assistência técnica passou por um desmonte no governo Sarney, com seus orçamentos reduzidos. Em 1990, no governo Collor, a EMBRATER foi extinta, desencadeando-se, então, um processo de esvaziamento do serviço.

Atualmente, a EBAPE, ex-EMATER, funciona como parte da Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias, no interior de Pernambuco, 43 funcionam em convênio com prefeituras municipais. Há ainda escritórios que não contam com nenhum extensionista.

No ano de 1993, segundo dados do IPA/DEEP, a então EMATER de Pernambuco possuía 1.300 funcionários, sendo 600 técnicos. No ano 2005, após o desmonte, a assistência oficial contava no campo com 67 extensionistas agrícolas e 35 auxiliares, 15 extensionistas sociais e 7 auxiliares.

Em 2006, foram contratados 119 extensionistas. Atualmente, trabalham na Zona da Mata de Pernambuco 43 técnicos que atendem a 33 dos 49 municípios da mesorregião. Destes técnicos, 22 são de nível superior. Verifica-se, assim, que também é ainda totalmente insuficiente o número de extensionistas em relação à demanda de produtores a serem atendidos na Mata.

Nos anos 1990, apelou-se ainda para empresas privadas, ONGs e cooperativas para prestarem o serviço de assistência técnica aos produtores familiares, especialmente em assentamentos de reforma agrária da mesorregião. Verifica-se, na maioria desses casos, que o trabalho é executado muito à distância, havendo maior presença nas ocasiões de elaboração de projetos de financiamento. Em geral, trata-se de pessoas pouco treinadas para a tarefa de ação integral junto às famílias rurais.

Uma questão importante a registrar é que o serviço de assistência técnica acumulou um conhecimento e formou um grande número de especialistas que ainda hoje estão na ativa ou aposentados, semi-ociosos, mas que poderiam dar uma importante contribuição caso o Estado decidisse restabelecer o serviço.

Quanto ao crédito, o PRONAF tem atuado em todo o território nacional, ampliando as oportunidades de financiamento da produção familiar e reforçando a assistência técnica na agricultura. No ano de 2005, foram efetivados mais de 1,8 milhões de contratos, num montante financeiro correspondente a 6,3 bilhões de Reais. O Programa passa por uma avaliação de sua viabilidade, pois para cada real emprestado a categoria de produtores, o Tesouro gasta quarenta e um centavos, dos quais a metade com a intermediação bancária (GUANZIROLI, 2006).

Na distribuição do total dos recursos aprovados em 2004, coube ao Nordeste 18%, enquanto a região sul recebeu 47% e o Sudeste 17%. Além disso, leve-se em con-

sideração as dificuldades de acesso à informação e o nível de alfabetização do produtor familiar da região Nordeste, com suas repercussões. O fato já aludido da fragilização da assistência técnica certamente contribuiu para a menor participação dos produtores no programa de crédito (GUANZIROLI, 2006).

Na Zona da Mata de Pernambuco, verifica-se que o contingente dos assentados pelo programa de Reforma Agrária – em torno de 6.000 famílias de um total de mais de 12.000 no estado - têm tido mais oportunidades de acesso ao crédito, aliás, já previsto na metodologia de execução dos assentamentos. Estes projetos contam com melhor nível de organização e de informação.

Para Magalhães e colaboradores (2006), os resultados indicam que o Programa mostrou-se pouco eficaz em Pernambuco. Considerando as diferenças de características regionais e probabilidades de participação do programa pelos produtores, os resultados revelam que o PRONAF não tem gerado um impacto significativo para o público-alvo do estado.

Historicamente a Zona da Mata tem-se revelado como a mesorregião maior produtora e exportadora de banana, perfazendo em torno de 15.700 hectares plantados (IBGE, 2004), apresentando, ainda, um efetivo potencial ao aproveitamento agroindustrial, pela situação de oferta maior que a demanda, além do desperdício.

O beneficiamento da banana na Zona da Mata passa por este quadro de dificuldades, embora a região apresente excelentes condições de solo e clima que possibilitem muito bem sua produção. Falta, porém, uma reestruturação das políticas públicas de apoio à produção e ao aproveitamento agroindustrial.

### *2. As possibilidades agroindustriais para a produção familiar*

O modelo de produção agroindustrial começa a se intensificar em solo brasileiro a partir da década de 1960, no período do pós-guerra, atingindo seu auge na década de 1970 sob a influência da expansão do capitalismo na agricultura, onde os mercados de insumos e máquinas agrícolas apresentaram-se em crescente evolução. Dentro deste cenário, identifica-se a modernização das empresas agroindustriais, mesmo as mais antigas, desencadeando-se um processo onde o domínio acionário dos agricultores sobre elas é enfraquecido, devido à expansão do capital urbano e multinacional no campo (ALVES, 1988).

Na década de 1970, o Estado brasileiro constituía-se como elemento preponderante na promoção do desenvolvimento econômico. Objetivando promover uma melhor *performance* para as atividades realizadas no campo, o governo decidiu por ampliar as linhas de crédito subsidiadas; fomentando, assim, a ampliação na utilização de insumos modernos por parte dos agricultores em suas propriedades como forma de torná-las mais produtivas.

As transformações ocorridas no meio rural devem-se, em grande parte, à ampliação dos investimentos realizados pela esfera pública, em instituições governamentais: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, as universidades públicas, as quais receberam um grande aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, bem como fomentaram os programas de extensão rural, promovendo a modernização das atividades no campo (ALVES, 1988).

Uma análise focalizada no Nordeste brasileiro revela que a modernização das atividades primárias se concentrou em grande maioria nos grandes e médios proprietários, modernizando e dinamizando apenas parte da produção agropecuária. Historicamente bloqueada e isolada do acesso aos recursos produtivos, a maioria dos produtores que executam suas tarefas com base no trabalho familiar pratica a atividade agropecuária com baixa produtividade. Inexistem mecanismos que garantam a estes produtores relações de comercialização que lhes permitam continuar na atividade de forma mais

dinâmica, bem como garantia de um padrão mínimo a ser usufruído por suas famílias.

Por outro lado, são importantes ofertantes de cereais, hortaliças, carne, leite e frutas consumidos pela população. Nas relações de produção com o mercado, verifica-se, como já se viu, o aviltamento do preço dos seus produtos, o desperdício e o baixo valor adicionado como resultado do seu trabalho.

O presente estudo busca apresentar alternativas de aproveitamento agroindustrial para a pequena produção da Zona da Mata de Pernambuco, em bases associativas. Há em toda a mesorregião uma rede extensa de associações e cooperativas. Muitas delas são representantes de produtores assentados em projetos de Reforma Agrária, os quais, apesar de seu baixo nível de escolaridade e tecnológico, contam com o apoio das linhas de ação definidas pela metodologia de implantação desses projetos.

O foco central do trabalho é destacar a grande potencialidade ao desenvolvimento da agroindústria da banana na Zona da Mata. Trata-se de uma real possibilidade de beneficiar as famílias participantes do projeto pela elevação do emprego e da renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e atendendo aos aspectos econômicos, sociais e de preservação do meio ambiente.

Os objetivos específicos são estimular a diversificação agrícola; promover maior qualificação tecnológica; contribuir para o aproveitamento do trabalho de mulheres e jovens da comunidade; buscar melhores condições de comercialização para o produto; e estimular o desenvolvimento regional. Os empreendimentos agroindustriais devem priorizar a preservação ambiental, implantando obras para escoamento dos efluentes, além de contribuir para novas atitudes e práticas dos produtores e suas famílias em relação à gestão dos negócios.

É interessante registrar que o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA desenvolve no oeste do Pará uma experiência calcada no aproveitamento do agroindustrial da farinha de banana. O trabalho está focado na Vila Sucupira, localizada no município de Anapu e recebe o apoio do Movimento Fraterno das Mulheres Lutadoras de Anapu e da Associação Solidária Econômica e Ecológica de frutas da Amazônia.

### *3. O potencial agroindustrial da banana*

A bananicultura é uma atividade permanente e é praticada dentro do estado de Pernambuco de forma bastante diferenciada na Zona da Mata, no Agreste e na região irrigada de Petrolina. Nesta última, grandes e médios produtores cultivam a banana utilizando técnicas modernas como a irrigação e o processo de climatização, promovendo ganhos qualitativos à fruta, tornando-a mais vistosa e abrindo espaço para a sua comercialização em outras regiões do Brasil. Nesta região floresceu, devido a pesados incentivos governamentais e à visão empresarial do grupo político dominante da região, uma visão de inserção agrícola em moldes modernos.

Atentos aos novos paradigmas impostos ao campo e estando enquadrados na vertente da agricultura brasileira do agronegócio, graças a sucessivos anos de constante crescimento e apoio do Estado, esses produtores foram, e continuam a ser capazes de adotar medidas focadas na ampliação dos seus níveis de produtividade, fomentando a modernização necessária ao estabelecimento de um produto competitivo no mercado, capaz de atender aos padrões internacionais de qualidade, viabilizando, assim. a sua exportação para outros países.

Em contraposição à produção do pólo irrigado, está a produção da Zona da Mata. Naquela região, dotada de chuvas abundantes que se concentram em um período de 5 a 6 meses, predomina a produção em sequeiro. O perfil produtivo também é distinto no tocante ao tipo de propriedade onde a banana é produzida, em grande parte, pela agricultura familiar. A cultura da bananeira praticada pelos produtores familiares da Zona da Mata em Pernambuco apresenta um baixo nível tecnológico. Historicamente, o acesso aos serviços de apoio à produção e à comercialização é precário e o uso de insumos, inclusive adu-

bo orgânico, é incipiente, motivado pelo custo inacessível em relação à frágil situação financeira dos agricultores. Em conseqüência, verifica-se uma baixa produção por unidade de terra cultivada, além de uma progressiva perda de fertilidade do solo.

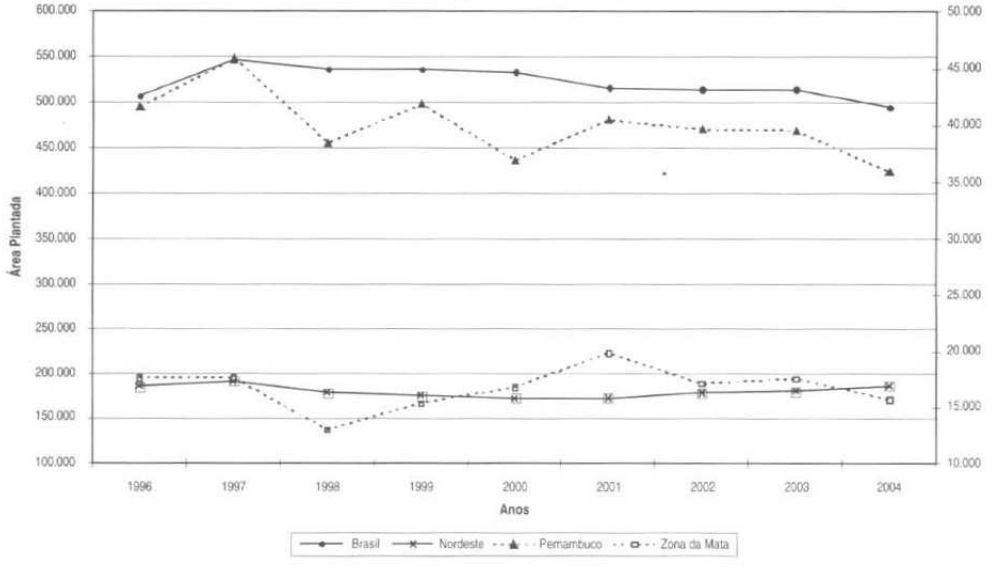
Um problema geral da pequena produção da Zona da Mata é a estrutura fundiária. Os pequenos agricultores possuem lotes muito pequenos, muitos provenientes de assentamentos da reforma agrária, às vezes trabalhando em terras arrendados ou em regime de parceria. Em todos os casos, o problema comum é a baixa capacidade financeira de realizar investimentos, quer seja por não ter um capital inicial, quer seja pela necessidade de realizar pagamentos de renda. Ou seja, a estrutura fundiária prende os pequenos produtores em uma armadilha de produção de baixa qualidade e produtividade que o impede de conseguir rentabilidades capazes de superar suas dificuldades correntes. (CAVALCANTI, 2002).

O produto é vendido aos intermediários a preços sempre desvantajosos para o agricultor. A banana chegou a atingir R$ 0,01/unidade *in natura*, em 2002, no preço pago ao produtor, enquanto o consumidor adquiria o produto, em média, por um valor dez vezes maior. Portanto, o seu aproveitamento agroindustrial reveste-se de grande importância e prioridade. Além disso, a maioria da população local vive à margem dos serviços sociais, como educação, saúde, além de as condições de moradia serem muito ruins, sem acesso à água encanada e ao saneamento.

O Gráfico 2 apresenta a evolução da área plantada, em hectares. A área plantada no Brasil apresenta crescimento de 7,64% em 1997, quando atinge o maior nível da série. Após isto, se nota um leve declínio a cada três anos. Já a área plantada no Nordeste apresenta crescimento equivalente de 3,29% em 1997, mas com certa estabilidade ao longo do período. Já em Pernambuco, a dinâmica é muito diferente. Há um forte movimento cíclico na área plantada, mas também com pico produtivo naquele ano. A Zona da Mata Pernambucana mostra, por sua vez, diversidade maior em sua trajetória. O crescimento em 1997 também é notado com posterior declínio, mas a atividade cresce nos anos seguintes, atingindo sua área máxima em 2001, quando volta a cair.

Analisando-se esta evolução sob o ponto de vista de participação na área plantada, cumpre destacar que a participação do Nordeste no total do Brasil reduz de 36,6% em

Gráfico 2 – Evolução da Área Plantada (ha) - Banana




Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995/96. IBGE. Produção Agrícola Municipal.

1996 para 32,8% em 1999 recuperando-se posteriormente, tendo atingido 37,7% em 2004, refletindo a dinâmica de redução da área no Brasil e estabilização no Nordeste. Já Pernambuco perde espaço dentro do Nordeste, terminando a série com 19,2% da área plantada.

A Zona da Mata apresenta uma participação na área plantada de Pernambuco muito instável, variando entre 33,8 (em 1998) e 49% (em 2001). Isto indica que, apesar da banana ser uma cultura perene, os agricultores da Zona da Mata entram e saem da atividade com freqüência. Esta alternância de culturas é prejudicial à atividade, pois impede que haja o aprendizado por parte dos pequenos produtores, limita a cooperação entre produtores de uma mesma cultura e dificulta o acesso a melhores formas de comercialização. Esta mesma instabilidade ocorre nas demais mesorregiões do estado, mas destacando que a área do São Francisco praticamente dobrou sua participação na área plantada, apesar de ocupar a terceira posição.

Nas tabelas 2 e 3 são apresentadas as produções brasileiras, nordestina, pernambucana e da Zona da Mata. Na primeira, os dados aparecem em mil cachos, enquanto que, na segunda, a unidade é a tonelada devido a mudanças na metodologia de coleta de dados do IBGE. Na tabela 2, nota-se que, apesar do ano de 1997 ter sido o de maior área plantada, não é o de maior produção, ou seja, há uma dinâmica no Brasil de aumento da produtividade média. A produtividade média apresenta um crescimento de 8,58%. A flutuação da produção no Nordeste é mais intensa do que na área plantada, o que indica grandes mudanças na produtividade, podendo-se atribuir ao fator climático, que é muito importante para a cultura na região. A produção pernambucana apresenta comportamento distinto. Isto é reflexo da redução da produção no Agreste, de uma melhoria na produtividade da Zona da Mata, nos anos de 1997 e 1998 e do acréscimo da produção na região do São Francisco, com produtividade mais elevada que a do Agreste e da Zona da Mata.

Na tabela 3, observa-se que a produção eleva-se entre 2001 e 2003 com queda apenas em 2004. Como a área plantada, constante no primeiro período e em queda em 2004, conclui-se que a produtividade permanece em elevação. A produção nordestina permanece em elevação por todo o período, fazendo com que a participação da região na produção brasileira se recuperasse da queda apresentada no período descrito na tabela 1. Já o desempenho da produção em Pernambuco, apesar de ser de crescimento entre 2001-2003, é bem inferior aos anos de 1996-2000, ou seja, o estado está perdendo espaço relativo na produção da banana, mesmo passando por uma realocação da produção do Agreste para a região do São Francisco.



Tabela 2 – Evolução da Quantidade Produzida de Banana no Período 1996-2000

| Áreas selecionadas | Quantidade Produzida (Mil Cachos) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
| Brasil | 496.171 | 541.236 | 532.220 | 547.835 | 566.336 |
| Nordeste | 176.622 | 188.532 | 163.151 | 170.194 | 194.196 |
| Pernambuco | 43.710 | 49.830 | 37.949 | 35.587 | 45.186 |
| Mata Pernambucana | 17.033 | 20.048 | 15.720 | 14.049 | 18.832 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-96. IBGE. Produção Agrícola Municipal.

Tabela 3 – Evolução da Quantidade Produzida de Banana no Período de 2001-2004

| Áreas selecionadas | Quantidade Produzida (T) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Brasil | 6.177.293 | 6.689.179 | 6.800.981 | 6.583.564 |
| Nordeste | 2.047.459 | 2.202.735 | 2.259.344 | 2.354.759 |
| Pernambuco | 330.227 | 367.481 | 418.004 | 355.604 |
| Mata Pernambucana | 146.397 | 142.746 | 148.696 | 133.881 |

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.

Mediante análise das tabelas 2 e 3, percebe-se a existência de uma significativa produção da banana na Mata Pernambucana, correspondente, em 2002, a aproximadamente 40% da produção estadual. Sua área cultivada fica atrás apenas da ocupada pela cana-de-açúcar. Em termos de área plantada, corresponde a aproximadamente 42% da área cultivada no estado, o que indica que esta região pode ter piores rendimentos em comparação a outras no estado e no Brasil. Para elucidar esta questão, elaborou-se a tabela 4, onde se compara a produtividade média da Zona da Mata com outras regiões. Quanto menor o resultado, maior a defasagem da Zona da Mata em relação a outra região. Números acima de 1 indicam que a Zona da Mata tem vantagens produtivas.

Na comparação com o Brasil, a Zona da Mata apresenta equivalência entre os anos de 1996 a 2000, passando a apresentar defasagem de aproximadamente 35% a partir de então. No comparativo com o Nordeste, esta defasagem no segundo período é menor, mas também acima de 30%. Dentro de Pernambuco, a Zona da Mata apresenta vantagem relativa em relação ao Agreste, principalmente nos anos de 1998 e 1999, provavelmente por fortes questões climáticas. No segundo período, esta vantagem se estreita; sendo que, em 2003, as produtividades são equivalentes. É na comparação com a região do São Francisco que fica mais evidente a defasagem produtiva da Zona da Mata. Com exceção dos anos de 1998 e 1999, a defasagem é de quase 50%; sendo que, na média do período, atingiu 60%.

A análise deste conjunto de dados permite concluir que algumas novas regiões estão ampliando sua produção, dentro de moldes mais modernos e com maiores índices de produtividade, fazendo com que haja uma forte pressão competitiva sobre regiões tradicionais, com menores níveis de produtividade.

Feita esta caracterização do ambiente produtivo, é preciso entender melhor a dinâmica produtiva da Zona da Mata. Nesta região, grande parte da área cultivada está baseada em assentamentos de reforma



Tabela 4 – Comparação da Produtividade da Zona da Mata com outras Regiões Produtoras

| Áreas selecionadas | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Média |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Francisco | 0,499 | | 0,850 | 0,787 | 0,499 | 0,506 | 0,566 | | 0,515 | 0,598 |
| Agreste | 1,085 | | 1,781 | 1,465 | 1,088 | 1,054 | 1,051 | | 1,015 | 1,198 |
| Brasil | 0,987 | | 1,220 | 0,893 | 1,055 | 0,617 | 0,640 | | 0,642 | 0,871 |
| Nordeste | 1,015 | | 1,330 | 0,942 | 0,995 | 0,623 | 0,676 | | 0,677 | 0,899 |

Fonte: Elaboração própria

agrária. Nestes, a banana constitui-se como uma das principais atividades, sendo uma parte da produção destinada ao consumo das famílias e o restante escoado para o mercado, constituindo-se como uma importante fonte de renda para os assentados.

O fato de a produção ser feita por pequenos produtores, muitas vezes em assentamentos de reforma agrária, determina um importante obstáculo inicial para que a produção da banana torne-se efetivamente uma forma de inclusão social dos agricultores familiares. Este obstáculo inicial ocorre devido a três frentes de problemas: i) conhecimento técnico; ii) ausência de capital acumulado, e iii) dificuldades de comercialização. Como o nível de escolaridade desses agricultores é muito baixo, e muitas vezes estes não tiveram uma experiência anterior de produção da banana, as técnicas que são empregadas são desatualizadas, impedindo que a produtividade seja a ideal. Além disto, as técnicas mais modernas não são adotadas devido a restrições de capital, assistência técnica e crédito. Mesmo que haja um auxílio a esses produtores no quesito técnico, as novas práticas podem não ser utilizadas por não haver recursos necessários para sua implementação.

Na questão da comercialização, o que se observa é que práticas arcaicas sobrevivem fazendo com que o rendimento do produtor seja ainda menor. Ainda hoje, na região, verifica-se a presença do *mangaieiro*, representado pela figura de um pequeno atravessador que compra de porta-em-porta, seja no lombo de um animal ou em um carro velho, a banana produzida por pequenos produtores familiares, transportando-a a outros intermediários de maior posse, no sistema dos canais de comercialização.

Existe uma variedade de pequenos produtores, detentores de melhor condição de vida, que optam por vender uma parte da sua produção em feira-livre localizada em seu município, enquanto os médios produtores e grandes comerciantes (atravessadores) transportam e vendem seu produto nos interiores vizinhos, no Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco – CEASA, nos supermercados da região metropolitana do Recife, e até mesmo em outros estados (PEREIRA, 1989).

Durante visita à CEASA, foi realizada uma entrevista com a chefia da gerência técnica da instituição, com vistas a informações referentes às variedades mais ofertadas desta fruta no mercado. Em primeiro lugar, aparece a banana pacovan e, em seguida, a banana prata e a banana comprida. Atualmente, a produção comercializada é, majoritariamente, oriunda da região Nordeste, por ter sido vetada a entrada de banana produzida nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, estabelecendo-se, assim, uma barreira sanitária, pois foi identificada em algumas plantações das regiões sul e sudeste do país a presença da *Sigatoka Negra*, doença causada por um fungo que atinge a cultura da banana e tem preocupado bastante o Ministério da Agricultura por ser considerado o principal problema da atividade[1].

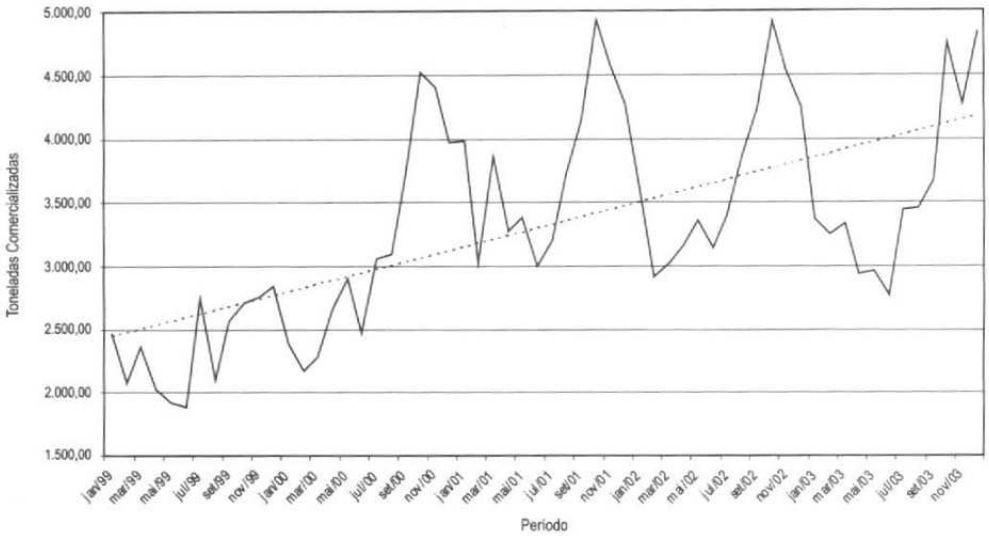
O Gráfico 3 apresenta a evolução da quantidade de banana comercializada na CEASA de Pernambuco, com a linha de tendência em tracejado. A linha de tendência apresenta um crescimento médio de aproximadamente 29 toneladas por mês no período.

Os dados do gráfico 3 revelam uma elevação significativa na quantidade de banana pacovan comercializada na CEASA-PE entre 1999 e 2003, sendo esta da ordem de 52% aproximadamente. Existem fortes efeitos sazonais, que estão se tornando cada vez maiores. O período de maior oferta em todos os anos se deu nos meses de agosto a dezembro, justamente o período de safra, no qual se verifica uma melhor qualidade e maior oferta do produto e, conseqüentemente, identifica-se um preço mais baixo. Nos meses de janeiro, julho e agosto, a oferta do produto geralmente é estável e o preço tende a ser equilibrado enquanto que, de fevereiro a junho, identifica-se uma menor quantidade do produto no mercado, com tendência a elevação do preço. Boa parte da banana comerci-

alizada é ofertada na CEASA-PE por atravessadores, os quais são os grandes responsáveis pela manutenção da oferta.

brasileiros, deflacionado pelo IGP-DI, tem sofrido uma constante queda. Enquanto que em 1998, 1 kg de banana pacovan custava

Gráfico 3 – Evolução da Quantidade de Banana Comercializada na Ceasa - PE(Ton)

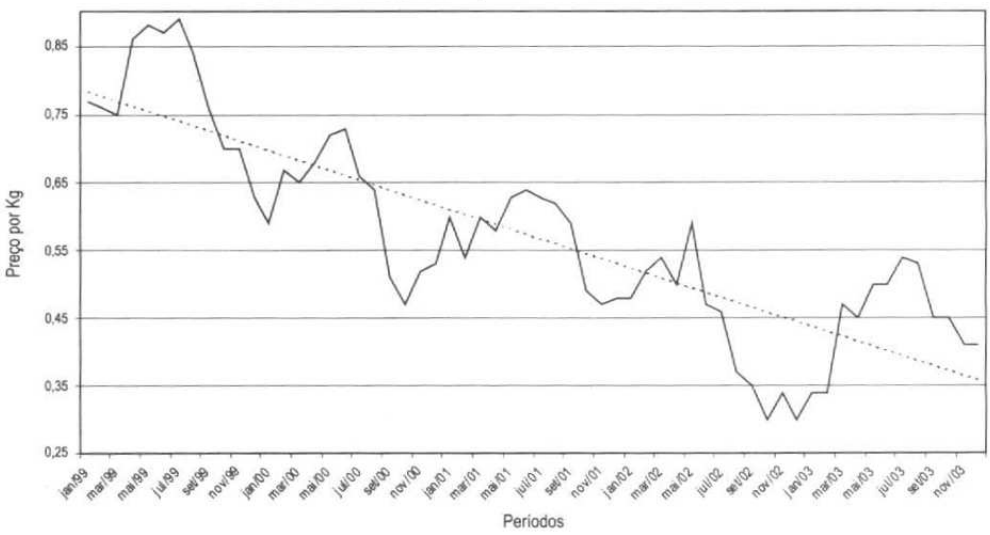



O gráfico 4 foi elaborado para apresentar a evolução dos preços praticados na CEASA de Pernambuco. Na linha tracejada. Vê-se a tendência no tempo dos preços, indicando uma redução de quase R$ 0,09 por ano, ou seja, uma redução entre janeiro de 1999 a dezembro de 2003, de R$ 0,43 na média, ou seja, de aproximadamente 56% em 60 meses. Segundo SIQUEIRA (2003), o preço médio da banana em vários estados

R$0,63; na cidade de Recife, em 2002, chegou a custar R$ 0,43.

Esta queda drástica nos preços médios pode ser explicada em parte pela elevação na produtividade que o estado vem apresentando. A produtividade média do estado cresceu 16,5% entre 1996 a 2000 e 21,3% no período de 2001 a 2004[2]. Se somarmos estes dois crescimentos, teremos uma estimativa de aumento da produtividade na ordem

Gráfico 4 – Evolução no Preço do Kilo da Banana - Ceasa Pernambuco



de 37,8% em menos de uma década. O crescimento da produtividade da Zona da Mata foi de 31,8%, inferior ao do estado. O que ocorre é que o acréscimo da produção na região do São Francisco, com produtividade muito mais elevada, faz aumentar a pressão competitiva sobre os produtores tradicionais. Como o Agreste apresenta índices de produtividade inferiores aos da Zona da Mata, é nessa região que ocorre a redução de área mais intensa[3]. Tendo em vista a forte diferença de produtividade entre o São Francisco e a Zona da Mata, a tendência de redução de preços médios e a possibilidade de investimentos em infra-estrutura virem a diminuir os fretes em médio prazo, a cultura da banana na Zona da Mata está em uma encruzilhada competitiva.

A tabela 5 demonstra a quantidade de banana pacovan comercializada na CEASA de Pernambuco e produzida na Zona da Mata. No período compreendido entre 1999 e 2003, a área foi responsável por 62,5% da banana comercializada na CEASA-PE. Os municípios que mais contribuíram para este percentual de comercialização da banana pacovan de 1999 a 2003 foram, classificados em ordem crescente, Vitória de Santo Antão, Amaraji, Macaparana e Vicência, sendo, portanto, este último o que apresenta a maior produção de banana no estado. Os dados mostram, ainda, que o município de Vicência contribuiu com 86,5% da produção da Mata Pernambucana comercializada na CEASA-PE. Considerando que Macaparana e Vicência são cidades vizinhas, pode-se afirmar que 96% do volume comercializado pela Zona da Mata na CEASA provêm da mesma origem geográfica. Esta concentração apresenta-se como um grande potencial, pois facilita a utilização de soluções cooperativas e agroindustriais.

Tabela 5 – Quantidade de Banana Pacovan Comercializada na CEASA - PE, por município de origem da Zona da Mata

| Municípios produtores na ZM | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Água Preta | | 106,4 | - | - | - | 242,4 |
| Amaraji | | 666,7 | 287,8 | 274,4 | 124,2 | 1.954,1 |
| Barreiros | | 6,3 | - | - | - | 24,3 |
| Belém de Maria | | 4,8 | - | - | - | 4,8 |
| Carpina | | 17 | - | 8,7 | 9,5 | 78,2 |
| Escada | | 6,4 | - | - | 17,5 | 25,9 |
| Gameleira | | - | - | 0,1 | - | 0,1 |
| Goiana | | - | - | 4,8 | - | 4,8 |
| Igarassu | | 4,8 | - | - | 5,2 | 10,0 |
| Moreno | | 3,2 | - | - | | 6,2 |
| Nazaré da Mata | | 62 | 28,6 | 12,7 | - | 144,3 |
| Palmares | | 209,2 | 27 | - | 18,7 | 575,9 |
| Timbáuba | | 77,1 | 50,9 | 147,6 | 143,9 | 443,5 |
| Paudalho | | 3,2 | - | - | - | 19,2 |
| Pombos | | - | 0,6 | 1,6 | 1,9 | 18,1 |
| Vicência | | 16.975,60 | 20.943,60 | 24.468,40 | 29.155,40 | 103.081,0 |
| Itambé | | - | 13,2 | 9,5 | 115,7 | 143,4 |
| Maraial | | 205,1 | 39,8 | 167,7 | 15,9 | 490,5 |
| Macaparana | | 2.114,50 | 2.507,80 | 2.022,20 | 2.360,30 | 11.373,8 |
| V. de Santo Antão | | 161,7 | 114,2 | 102 | 124 | 634,9 |

Fonte: CEASA (2004).

A visita realizada a CEASA-PE foi fundamental para concluir que a banana produzida e comercializada pela agricultura familiar penetra indiretamente neste centro de comercialização, bem como em outros canais de comercialização como supermercados e mercearias. Nesta relação estabelecida na Mata Pernambucana, o grande penalizado é o agricultor familiar pois, desprovido de recursos para plantar uma grande área desta fruta, que somados à retirada da sua produção para consumo doméstico, abre espaço para a exploração por parte dos atravessadores, realizada através da imposição de um preço baixo que, por muitas vezes, é suficiente apenas para cobrir os custos de produção.

No tocante ainda à estrutura comercial, o que se nota é que não tem crescido de forma relevante a participação da pequena produção na quantidade da banana transportada até a CEASA-PE, devido aos elevados custos de deslocamento, devido à má qualidade das estradas e à baixa escala produtiva individual. Na tentativa de reduzir o problema da escala produtiva, foi instituído um projeto piloto em Pernambuco, em fase final de implantação, constituído de um galpão de 5.000 m², na CEASA, com boxes de 3 m², objetivando garantir aos agricultores familiares um espaço para a exposição e comercialização dos seus produtos. Este projeto foi idealizado e vem sendo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, estando próxima a sua inauguração.

Desta forma, é preciso que se busque, a médio prazo, resolver problemas nas seguintes áreas, para que a bananicultura possa ser uma alternativa efetiva à cana-de-açúcar?: i) aumento da produtividade; ii) melhoria da qualidade do produto final; iii) mudanças na estrutura comercial; iv) busca de alternativas que aumentem o valor agregado da banana.

### *3.1 Alternativas de perfis agroindustriais para a banana*

A comprovação de que um grande percentual da banana colhida é perdido antes de chegar ao consumidor final, justifica o processamento da fruta como forma de minimizar o desperdício e criar novos mercados. Os produtos beneficiados apresentam vantagens em termos de custo de transporte, podendo ser transportados, a longas distâncias, mais adequadamente na forma industrializada. O processamento da fruta acaba por elevar a sua vida útil, gerando um maior valor agregado ao produto final.

Diversos planos de desenvolvimento no Nordeste já propuseram o aproveitamento agroindustrial da banana. O Instituto de Planejamento de Pernambuco – CONDEPE, concluiu o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Zona da Mata, com propostas de desenvolvimento regional, no qual estava contemplado o aproveitamento agroindustrial da fruta. A Agência de Desenvolvimento de Pernambuco – AP/DIPER, através da publicação do documento intitulado *Oportunidades Industriais da Banana do Vale do Siriji*, demonstrou as potencialidades do chips e da farinha de banana como alternativa para a geração de emprego e renda para populações carentes.

No primeiro caso, seu uso industrial é ainda pouco difundido no Nordeste, prevalecendo a atividade artesanal. O produto pode fazer parte do cardápio na merenda escolar oferecida pelas escolas públicas da região, pois é bastante nutritivo. Também pode ser vendido em casas de lanche, confeitarias, padarias e em estabelecimentos que oferecem doces e salgados.

Em Vicência, existe uma unidade produtiva artesanal que vende o produto no Mercado de Artesanato, estabelecimento comercial incentivado pela Prefeitura e pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA.

O NUTEC – Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial, pertencente à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará, desde 1989 definiu o perfil produtivo da banana chips, abrangendo a descrição do processamento, os equipamentos e utensílios necessários, a matéria-prima, o material de embalagem e o controle de qualidade. O pro-

duto foi estudado pela USP, através do CECAE e da ESALQ, esta em Piracicaba.

Com o *chips*,[4] pretende-se proporcionar uma alternativa de utilização da banana e sua expansão na comunidade, com real possibilidade de beneficiar as famílias que vierem a participar do empreendimento, através da elevação da sua renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e atendendo aos aspectos econômicos, sociais e de preservação do meio ambiente.

Na indústria alimentícia, a qualidade do produto final é de extrema importância, tendo em vista a sua aceitação no mercado. No controle de qualidade deve ser considerada a higiene do local e das pessoas que trabalham na produção, e ainda, o controle da assepsia da matéria-prima e do produto. Pretende-se, assim, diminuir a proliferação de microrganismos que venham a contaminar o produto durante ou após o processamento, bem como evitar a sua contaminação por resíduos indesejáveis.

Os resíduos da atividade agrícola – folhas, caule, cachos – podem ser utilizados como alimento para o rebanho ou podem retornar ao campo, aproveitados como adubo orgânico, através de compostagem. Os efluentes deverão ser conduzidos a um reservatório construído no solo para tal finalidade.

Estima o NUTEC (1989) que um projeto, envolvendo algumas famílias, pode oferecer, no mínimo, cinco empregos diretos na agroindústria. As atividades agrícolas vão requerer, também, maior qualificação no trabalho dos produtores. Outro benefício importante que se espera é a diminuição das perdas e dos desperdícios da fruta, na cadeia produtiva, sobretudo na colheita e no transporte. Espera-se que, com a implementação do empreendimento, verifique-se um progressivo ganho tecnológico nas atividades agrícolas, bem como um ganho de competência profissional através da atividade industrial do empreendimento.

A farinha de banana é um produto ainda pouco conhecido no Brasil, mas bastante difundido no exterior. Obtida a partir de um processo bastante simples, mediante utilização da fruta verde, busca-se a desidratação da casca, promovendo-se a moagem em moinhos de martelo, para obtenção da farinha (produto final). O alimento possui na sua composição amido, açúcar, lipídios e proteínas, caracterizando-se como uma importante fonte nutricional e contendo um excelente custo-benefício. O mercado para este perfil ainda caracteriza-se pelo pouco dinamismo, mas reserva uma grande potencialidade. Pode ser ofertado na merenda escolar, ou até mesmo utilizado como complementação alimentar.

Constata-se que o processamento é bastante simples, apresentando um baixo custo e caracterizando-se como uma boa alternativa para a geração de emprego e renda para populações que compõem a base da pirâmide social. Dentro desta concepção focada no fortalecimento da pequena produção, algumas experiências promovidas no meio rural brasileiro começam a lograr êxito.

### *4. Conclusão*

Na Mata de Pernambuco, a atividade canavieira continua sendo hegemônica, constituindo-se na sua principal atividade agrícola e a que mais demanda mão-dobra. A mesorregião também se apresenta como grande produtora de banana no estado, tendo esta atividade grande potencial para ser verticalizada através de iniciativas agroindustriais. Como justificativas destas vantagens, pode-se enumerar a oferta da matéria-prima maior que a demanda; tradição na atividade pela pequena produção; sua situação próxima do litoral, da capital do estado e da Região Metropolitana do Recife; e seu potencial turístico que se consolida a cada dia.

Todavia, a maioria dos cultivadores da bananeira que executam suas tarefas com base no trabalho familiar, pratica a atividade com baixa produtividade. Inexistem mecanismos que garantam a esses produtores relações de comercialização que lhe permitam continuar na atividade de forma mais dinâmica, bem como garantia de um padrão mínimo a ser usufruído por suas famílias.

Os pequenos agricultores dispõem de lotes de terra muito pequenos. O cultivo da bananeira está também presente nos assen-

tamentos da reforma agrária, em terras arrendados ou em regime de parceria. Uma causa elementar do baixo nível tecnológico prevalecente é a baixa capacidade financeira de realizar investimentos. A insuficiente disponibilidade de terra de trabalho e a dificuldade de acesso aos recursos e serviços de apoio à produção e à comercialização, levam os pequenos produtores a uma situação de produzir com baixa qualidade.

Verifica-se, pois, na Mata de Pernambuco a preservação nas relações de produção de décadas passadas. O encolhimento da atuação do Estado, através de suas políticas direcionadas à produção familiar, depois dos anos 1990, sobretudo assistência técnica, crédito e apoio à comercialização, diminui as chances de ascensão social e econômica dos pequenos agricultores.

Portanto, a viabilização em curto e médio prazos de empreendimentos ligados à agroindústria da banana passa pela superação dos obstáculos: i) elevação do nível de emprego entre a população rural; ii) conhecimento técnico; iii) acesso ao crédito e ao capital para investimento; iv) acesso à assistência técnica e à capacitação; e v) superação das dificuldades de comercialização e, conseqüentemente, elevação do valor agregado da banana. Faz-se, também, necessário dar a devida importância ao estudo de mercado e à definição do modelo de gestão, esta, particularmente, no item iii).

Este conjunto de medidas requer a execução de políticas públicas, capazes de atacar o problema na sua essência através da mudança na concentração fundiária e da promoção de um programa de diversificação da produção agrícola, estimulando o surgimento de outras atividades econômicas capazes de promover um maior dinamismo a essa mesorregião onde o cultivo da banana e o seu aproveitamento na agroindústria representam uma alternativa relevante.

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 23, nº 1/2, p. 007-020, jan./dez., 2007

## Notas

[1] O caso mais preocupante é o do estado de São Paulo, mais propriamente na região do Vale do Ribeira, onde a doença contaminou os bananais localizados às margens da rodovia BR 116. Especialistas apontam como a melhor solução para o problema o desenvolvimento de mudas através da utilização da biotecnologia. Pioneira no melhoramento genético desta planta, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, nos últimos anos, não tem poupado esforços para desenvolver uma nova espécie que seja resistente ao fungo causador da Sigatoka Negra, afastando a ameaça que preocupa, e coloca em cheque o bom andamento do agronegócio da banana e a sobrevivência das plantações dessa fruta cultivadas pela agricultura familiar no país.

[2] Não é possível comparar 2000 a 2001 devido à mudança na unidade de análise do IBGE.

[3] Segundo dados do IBGE, a área plantada na região Agreste de Pernambuco sofre redução de 27,9% entre 1996 a 2005.

[4] Produto obtido a partir da fruta ainda verde, cortada em pedaços e frita em óleo comestível, apresentando um aspecto crocante.

## *Referências Bibliográficas*


ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. *A Agroindústria e os Agricultores.* Brasília: CODEVASF, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.* 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis. (coord.). *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – Promata.* Série Trabalhos para Discussão, 135. Recife: FJN, INPSO, 2002.

CECAE/USP. *Resíduos da agroindústria da banana.* Acesso na internet, endereço http:// www.cecae.usp.br/Aprotec/respostas/ RESP53.htm, em 23/01/2004.

CONDEPE. *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana.* Recife, dezembro de 1998.

EMBRAPA. *Cultivo da Banana para o Agro-Pólo Jaguaribe-Apodi.* Acesso na internet, endereço: http//sistemas de produção.cnptia.embrapa.Br/ FontesHTML/Banana/banana ceara/ index.htm em 23/01/2004.

_____. *Processamento de Bananas: pratos, doces, salgados e bebidas.* Coleção cartilha – 03. Brasília, 2003.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrícola e Desenvolvimento Sustentável.* Brasília, 1994.

FUNDAJ. *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA.* Disponível em: http: // www.fundaj.gov.br/tpd/135.html

IBGE. *Censo Agropecuário de 1995/96.* Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 1997.* Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 1998.* Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 1999.* Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 2000.* Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 2001.* Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal de 2002.* Rio de Janeiro, 2003.

Jornal da UNICAMP. *Lavradores do Ribeira implantam agroindústria.* Acesso na internet, endereço www.google.com.br acesso em 23/01/2004.

MAFFESOLI, Michel. *Brasil, Laboratório da Pós-Modernidade.* Caros Amigos. São Paulo, ano 6, n. 64, p. 20-21, julho de 2002.

NUTEC. *Banana chips/Banana Passas Farinhas de Banana.* Série Implantação Microempresa. Fortaleza, 1989.

PEREIRA, J. Maurício. *A fruticultura entre pequenos produtores de São Vicente Ferrer- Pernambuco.* In: Anais do XXVII Congresso da SOBER, Piracicaba, 1989.

RAIS. *Emprego Formal no Setor Sucroalcooleiro.* 2005 (Internet. Acesso em 28/12/2006).

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Industrialização.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, José Graziano da. *Complexos Agroindustriais e Outros Complexos.* In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n. 3, v. 21., Campinas, Set/Dez 1991.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. *A Cultura da Banana: desempenho no período 1961/2001.* In: BNDES Setorial 17. Rio de Janeiro, Mar. 2003.

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de. *Entraves e Catalisadores da Reforma Agrária na Mata Pernambucana e suas Conseqüências Socioeconômicas.* In: *Anais da Semana de Integração Universidade – Sociedade.* PIBIC-UNICAP: Recife, 2003.

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de.; PEREIRA, José Maurício. *Promessa de Integração, Realidade de Exclusão.* In: *Anais da II Semana de Integração Universidade-Sociedade.* Recife, 2004.

TRENTIN, Iran Carlos Lovis e JÚNIOR, Valdemar João Wesz. *Desenvolvimento e Agroindústria Familiar.* In: *Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.* Cuiabá, 2004.